



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 4ª Região



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Julho/2025

Concurso Público para Provedimento de Cargos de Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova '23', Tipo 003

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-003

Nº do Documento _____
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Galileu Galilei contribuiu sobremaneira para o melhoramento do método científico.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o poema de José Miguel Wisnik para responder às questões de números 1 a 5.

*O anel que tu me deste
Não guardei nem esqueci
Ele nunca se quebrou
Fui eu que me perdi*

*Sob a luz estroboscópica
Do agito de um salão
Que ainda dança a nossa volta
Com as décadas que se vão*

*O anel que tu me lembras
Meu escuro escondeu
Ele nunca se partiu
Quem partiu de si fui eu*

*Retiraste de teu dedo
Sem nenhuma hesitação
e o puseste com cuidado
Na palma da minha mão*

*Eu ainda não sabia
Que existia o puro dom
Que era feito de verdade
Desapego e solidão*

*Era a luz alucinada
De um estranho festival
Nada ali anunciava
O teu gesto e o cristal
O amor que tu me tinhas
Não tem nome nem lugar
Luz que vem da mesma liga
Do anel a nos ligar*

*Tudo então que nos unia
Numa voz e uma canção
Nele brilha solitário
Diamante escuridão*

(O anel. José Miguel Wisnik)

1. A conjunção “nem”, nos versos *Não guardei nem esqueci* e *Não tem nome nem lugar*, estabelece, no contexto em que se encontra, ideia de
 - (A) concessão.
 - (B) temporalidade.
 - (C) adição.
 - (D) conclusão.
 - (E) causa.

2. Um dos temas do poema é
 - (A) o contraste entre a permanência do anel e a fragmentação interior do eu lírico.
 - (B) a devoção a um anel mágico, anulador do tempo e da distância entre os amantes.
 - (C) a celebração do amor que perdura, simbolizado por um sólido anel de diamante.
 - (D) a crítica à impermanência dos bens materiais diante da fragilidade do afeto.
 - (E) a exaltação da juventude, representada pelo cenário de um festival.

3. Ao dialogar com uma pessoa (tu), o eu lírico
 - (A) acredita que o amor foi imaginário e não deixará lembranças.
 - (B) reconhece seu desencontro interior, sem negar plenamente o passado vivido.
 - (C) constata que a autopunição é o meio mais eficaz de conquistá-la no presente.
 - (D) expressa remorso por ter perdido, no passado, um evento de que ela participou.
 - (E) reforça que ainda no presente a admira de modo velado.

4. Considerado o contexto, observa-se a figura de linguagem “personificação” no verso que se encontra em:
 - (A) *Sem nenhuma hesitação.*
 - (B) *O anel que tu me lembras.*
 - (C) *Que ainda dança a nossa volta.*
 - (D) *Retiraste de teu dedo.*
 - (E) *e o puseste com cuidado.*



5. A flexão verbal expressa uma ação já concluída no verso:
- (A) *Luz que vem da mesma liga.*
 (B) *O anel que tu me lembras.*
 (C) *Tudo então que nos unia.*
 (D) *Nada ali anunciava.*
 (E) *O anel que tu me deste.*

6. A classificação do verbo – como de qualquer palavra – depende da situação em que se acha empregado na frase. Muitos verbos, de acordo com os vários sentidos que podem assumir, ora entram no grupo dos verbos de ligação, ora são transitivos (diretos ou indiretos), ora intransitivos.

(Adaptado de: Bechara, Evanildo (2018-10-30T22:58:59.000). **Lições de Português pela Análise Sintática**. Nova Fronteira, edição digital)

O verbo que, no contexto do poema, possui complemento indireto encontra-se em:

- (A) *O amor que tu me tinhas.*
 (B) *Ele nunca se quebrou.*
 (C) *Nada ali anunciava.*
 (D) *Ele nunca se partiu.*
 (E) *Era a luz alucinada.*

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 9.

Padre Alfredo visitou-o pela primeira vez naquela semana. O capitão estava tão desacostumado de ter visitas que, ao ouvir tocar o sino, não foi logo ao portão. “Senhor padre, bons dias, o que o traz por cá? Estava a fazer uma sesta, entre, entre” – e dirigiu-o ao quintal. “Então é aqui que passa os seus dias o bravo capitão Celestino. Que esplendoroso roseiral”, e abeirou-se da roseira. As rosas pareciam envernizadas, tão túrgidas que cantavam. Na verdade, viera ver o que havia atrás das sebes. As flores calaram-no. O perfume, intensificado pela luz do Sol que, àquela hora, estava a pique, abafou o sermão que trazia preparado. Celestino foi amistoso. “Plantou caril, capitão? Anda por aqui um perfume intenso.” Misturados uns aos outros, picados pela luz, os aromas dos frutos e das flores adquiriam um odor inebriante, com várias notas confusas, cítricas, mas também fundas, amadeiradas e apimentadas. O jardim em volta, com o seu canteiro de cravos e sardinheiras vermelhas, as ervilhas de cheiro rosa vivo, a ameixoeira cuidadosamente podada, cada folha desenhada por um pintor apaixonado e por ele lacada, os condutos do sistema de rega inventado pelo jardineiro, os atilhos coloridos que prendiam os ramos mais altos das rosinhas cor de chá às paredes da casa, a paz do quintal, o amor posto em tudo, dissonante da figura sorumbática que tinha à sua frente e que, acabara de dar conta, não se calava, assim que se aflorou o pretexto dos cuidados de jardinagem que preservavam o quintal na perfeição em que estava. Celestino falava sozinho enquanto o padre tirava as suas conclusões.

Gesticulava como há muito ansiasse ter com quem conversar e, ao mesmo tempo, como se o padre tivesse tocado o único tema que lhe importava.

(Adaptado de: ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. **A visão das plantas**. Todavia, 2022)

7. O verbo empregado em linguagem figurada está sublinhado em:
- (A) *e que, acabara de dar conta, não se calava.*
 (B) *Celestino falava sozinho.*
 (C) *os aromas dos frutos e das flores adquiriam um odor inebriante.*
 (D) *os atilhos coloridos que prendiam os ramos mais altos das rosinhas cor de chá às paredes da casa.*
 (E) *O perfume [...] abafou o sermão que trazia preparado.*

8. Na narrativa, padre Alfredo observa um contraste entre
- (A) a figura melancólica de Celestino e o jardim resplandecente com que se depara.
 (B) a solidão de Celestino e sua tendência de conversar com as plantas.
 (C) a delicadeza de Celestino como jardineiro e sua destreza no trato social.
 (D) o amor de Celestino pelas plantas e o seu desprezo pelas pessoas.
 (E) a serenidade de Celestino e a opressão do jardim cultivado metodicamente.

9. *Celestino falava sozinho enquanto o padre tirava suas conclusões.*

O termo *enquanto*, no contexto, expressa

- (A) consequência.
 (B) finalidade.
 (C) oposição.
 (D) simultaneidade.
 (E) conformidade.

**Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

10. Considere a seguinte situação hipotética: determinado município do Estado do Paraná promoverá importante evento cultural, a ser realizado em espaço público, a céu aberto, propiciando diversas apresentações de música e dança. No evento, serão instalados 20 banheiros químicos, dentre os quais deverão ser destinadas unidades acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nos termos da Lei nº 10.098/2000, o número mínimo de banheiros químicos corresponderá a
- (A) 7.
 - (B) 10.
 - (C) 5.
 - (D) 2.
 - (E) 3.
-
11. Conforme preceitua a Lei nº 13.146/2015, a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência é
- (A) vedada, exceto para o fim de proteção dos direitos de propriedade intelectual e para preservação de direitos materiais relativos à obra.
 - (B) possível em qualquer circunstância, desde que assim entendam as autoridades públicas responsáveis pela divulgação e circulação da obra.
 - (C) possível em qualquer circunstância, desde que assim entenda o autor da obra, haja vista que a lei protege a vontade do artista, de forma soberana.
 - (D) vedada, exceto para o fim de proteção dos direitos de propriedade intelectual.
 - (E) vedada, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.

Inteligência Artificial e Inovação

12. Durante a implantação de práticas de inovação no Poder Judiciário, a equipe responsável foi orientada a alinhar suas ações ao Plano Nacional de Inovação instituído pela Portaria CNJ nº 379/2024. Uma das estratégias adotadas foi a criação de projetos colaborativos de inovação envolvendo diferentes segmentos do Judiciário e o cadastro dessas iniciativas na plataforma Renovajud. De acordo com as diretrizes estabelecidas pela Portaria, essa estratégia está relacionada ao princípio de
- (A) articulação em redes de inovação local, regional e nacional, fomentando projetos colaborativos.
 - (B) fortalecimento da cultura de inovação por meio de iniciativas internas dos laboratórios, com foco em melhorias locais baseadas na autonomia institucional.
 - (C) estímulo à modernização organizacional por meio de ações autônomas conduzidas por cada tribunal, respeitando suas realidades operacionais.
 - (D) implementação de ações inovadoras com base em estruturas laboratoriais experimentais, com foco na testagem técnica de soluções sob controle institucional.
 - (E) valorização de boas práticas reconhecidas internacionalmente, priorizando o alinhamento a modelos de referência consolidados no setor público global.
-
13. No exercício das atividades de desenvolvimento e supervisão de soluções de Inteligência Artificial (IA) no Poder Judiciário, a equipe de inovação precisa avaliar cuidadosamente os riscos associados ao uso de sistemas de IA generativa. Considerando os principais desafios identificados na literatura e nas normativas sobre o tema, o uso de IA generativa pode implicar riscos relacionados
- (A) à proteção intrínseca dos dados sensíveis suprimindo a regulamentação adicional.
 - (B) ao aumento da transparência nos dados e redução de vieses algorítmicos.
 - (C) ao fortalecimento automático da autoria individual em conteúdos gerados.
 - (D) à disseminação de desinformação e violação de direitos autorais.
 - (E) à eliminação de impactos sociais decorrentes da automação de tarefas.

Sustentabilidade e Meio Ambiente

14. Sobre a Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente, a Resolução nº 433/2021, do Conselho Nacional de Justiça,
- (A) autoriza a criação de unidades judiciárias especializadas na temática ambiental, que funcionarão, preferencialmente, como “Núcleos de Justiça 4.0” especializados.
 - (B) condiciona a realização de consulta prévia a povos indígenas e comunidades tradicionais em questões ambientais à concordância do Ministério Público Federal.
 - (C) estabelece o princípio do poluidor-pagador como diretriz exclusiva para o tratamento de conflitos ambientais.
 - (D) veda a utilização de provas obtidas por sensoriamento remoto em ações judiciais ambientais.
 - (E) determina que o magistrado, nas condenações por dano ambiental, considere apenas o impacto direto e mensurável do dano, sendo vedada a análise de externalidades ambientais ou efeitos na mudança climática global.



15. O ano de 2024 marcou um ponto crítico para o Rio Grande do Sul, que vivenciou uma emergência climática sem precedentes, refletindo os alarmantes efeitos da mudança climática em escala global. Esse cenário ressalta a necessidade urgente de uma resposta robusta e coordenada para enfrentar os desafios que a alteração do clima impõe. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, surge como um instrumento essencial para orientar ações governamentais e mobilizar a sociedade para o enfrentamento dos desafios ambientais futuros. Sintetizando as definições constantes do art. 2º da Lei nº 12.187/2009,
- (A) sumidouro é o processo ou atividade que libera na atmosfera gases de efeito estufa.
 - (B) gases de efeito estufa são constituintes gasosos, naturais ou antrópicos, que, na atmosfera, reduzem a radiação infravermelha.
 - (C) adaptação se resume à mudança dos hábitos de consumo da população para reduzir a produção de resíduos sólidos.
 - (D) mitigação refere-se à implementação de tecnologias que aumentam a liberação de gases de efeito estufa na atmosfera.
 - (E) vulnerabilidade é a medida de suscetibilidade e incapacidade de um sistema de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima.

Noções de Direito Administrativo

16. Considere as seguintes assertivas atinentes ao processo administrativo disciplinar:
- I. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, observado o disposto na lei nº 8.112/1990, salientando-se que o presidente da comissão deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
 - II. Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.
 - III. Uma das etapas do processo disciplinar denomina-se “inquérito administrativo”, que compreende instrução, relatório e julgamento.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, com relação ao processo disciplinar, está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II, apenas.
17. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a ação para a aplicação das sanções previstas na mencionada Lei prescreve em
- (A) 7 anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que iniciou a permanência.
 - (B) 5 anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
 - (C) 5 anos, contados a partir da ciência do fato pelo autor da ação ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que iniciou a permanência.
 - (D) 8 anos, contados a partir da ciência do fato pelo autor da ação ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que iniciou a permanência.
 - (E) 8 anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

18. Considere a seguinte situação hipotética: Apolo é servidor público titular de cargo efetivo no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Em virtude de um acidente automobilístico, Apolo sofreu uma limitação provisória em sua capacidade física. Nos termos da Constituição Federal, Apolo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação sofrida, enquanto permanecer nesta condição,
- (A) sendo necessário apenas que possua habilitação para o cargo de destino, não se exigindo qualquer outro requisito, e poderá optar pela remuneração de quaisquer dos cargos.
 - (B) desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
 - (C) sendo necessário apenas que possua habilitação para o cargo de destino, não se exigindo qualquer outro requisito, e receberá a remuneração do novo cargo.
 - (D) desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, e receberá a remuneração do novo cargo.
 - (E) sendo necessário apenas que possua habilitação para o cargo de destino, não se exigindo qualquer outro requisito, sendo mantida a remuneração do cargo de origem.



19. Nos termos da Lei nº 12.618/2012, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona, é a União autorizada a criar, observados os ditames legais, entidade fechada de previdência complementar, dentre outras, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, qual seja, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder
- (A) Legislativo (Funpresp-Leg), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União e para os membros deste Tribunal, por meio de ato do Presidente da República.
 - (B) Judiciário (Funpresp-Jud), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo e para os membros do Poder Judiciário, por meio de ato do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) Legislativo (Funpresp-Leg), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União e para os membros deste Tribunal, por meio de ato exclusivo do Presidente do Senado Federal.
 - (D) Judiciário (Funpresp-Jud), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo e para os membros do Poder Judiciário, por meio de ato do Presidente da República.
 - (E) Executivo (Funpresp-Exe), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Executivo, por meio de ato do Ministro da Previdência Social.
-
20. São legitimadas como interessadas no processo administrativo, dentre outros, as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, tais entidades interessadas poderão habilitar-se a participar da decisão coordenada, na qualidade de ouvintes. A participação na reunião, que
- (A) não poderá incluir direito a voz, será deferida por decisão recorrível da autoridade de maior grau hierárquico presente na reunião.
 - (B) poderá incluir direito a voz, será deferida por decisão recorrível da autoridade responsável pela convocação da decisão coordenada.
 - (C) não poderá incluir direito a voz, será deferida por decisão recorrível da autoridade responsável pela convocação da decisão coordenada.
 - (D) poderá incluir direito a voz, será deferida por decisão irrecorrível da autoridade responsável pela convocação da decisão coordenada.
 - (E) não poderá incluir direito a voz, será deferida por decisão irrecorrível da autoridade responsável pela convocação da decisão coordenada.

Raciocínio Lógico-Matemático

21. Uma passagem de avião custa R\$ 1.200,00. O preço dessa passagem é composto por R\$ 950,00 da tarifa, R\$ 130,00 da bagagem de até 23 kg e R\$ 120,00 da taxa do aeroporto. Se a taxa do aeroporto subir 10%, a tarifa subir 5% e o custo da bagagem se mantiver, o aumento percentual total do preço dessa passagem ficará entre
- (A) 4,5% e 5,0%.
 - (B) 6,5% e 7,0%.
 - (C) 6,0% e 6,5%.
 - (D) 5,5% e 6,0%.
 - (E) 5,0% e 5,5%.
-
22. Uma costureira faz, em um único dia, exatamente 7 panos de prato ou exatamente 6 aventais. Ela não faz panos de prato e aventais em um mesmo dia. Em 7 dias ela fez 45 peças, sendo elas aventais e/ou panos de prato. O número total de aventais feitos pela costureira nesse período de 7 dias foi
- (A) 14.
 - (B) 6.
 - (C) 12.
 - (D) 24.
 - (E) 18.
-
23. Os amigos Daniel, Eduardo e Fernando têm idades diferentes e praticam modalidades esportivas diferentes entre judô, remo e tênis. Daniel tem 17 anos e não pratica remo. Eduardo não pratica tênis e tem 19 anos. Quem pratica judô tem 18 anos. É correto afirmar que
- (A) Daniel pratica tênis.
 - (B) Daniel pratica judô.
 - (C) Eduardo pratica judô.
 - (D) Fernando pratica tênis.
 - (E) Fernando pratica remo.
-
24. Em um jogo de dardos, cada lançamento pode valer, 0, 5, 8 ou 10 pontos. Em uma partida, um jogador fez 99 pontos e o número de lançamentos em que marcou 8 pontos foi o igual ao número de lançamentos em que marcou 10 pontos. Sabendo que em 25% de seus lançamentos ele não pontuou, o número total de lançamentos que esse jogador fez na partida foi
- (A) 25.
 - (B) 20.
 - (C) 15.
 - (D) 22.
 - (E) 18.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Geral

25. Durante o mês de dezembro de 2023, uma empresa realizou as seguintes operações:
1. Aquisição de participação societária, com obtenção do controle da empresa investida.
 2. Compra de mercadorias destinadas à revenda.
 3. Compra de equipamento para uso na atividade.
 4. Venda de mercadorias para recebimento em fevereiro de 2025.

Sabendo que a empresa tem um ciclo operacional de 18 meses, os ativos decorrentes das operações 1, 2, 3 e 4 foram classificados, no Balanço Patrimonial de 31/12/2023, respectivamente, como ativo

- (A) não circulante, ativo circulante, ativo não circulante e ativo não circulante.
- (B) circulante, ativo circulante, ativo não circulante e ativo circulante.
- (C) não circulante, ativo não circulante, ativo circulante e ativo circulante.
- (D) circulante, ativo não circulante, ativo circulante e ativo não circulante.
- (E) não circulante, ativo circulante, ativo não circulante e ativo circulante.

26. As aplicações financeiras apresentadas na tabela a seguir foram realizadas por uma empresa em 01/12/2022:

| Data de vencimento | Classificação definida pela empresa | Taxa de juros | Valor Aplicado (R\$) | Valor Justo em 31/12/2022 (R\$) |
|--------------------|--|---------------|----------------------|---------------------------------|
| 01/12/2025 | Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. | 2% a.m. | 1.200.000 | 1.236.000 |
| 01/08/2026 | Mensuração ao valor justo por meio do resultado. | 1% a.m. | 3.600.000 | 3.660.000 |
| 01/06/2024 | Mensuração ao custo amortizado. | 1% a.m. | 2.400.000 | 2.448.000 |

Considerando as três aplicações financeiras em conjunto, o

- (A) valor apresentado em 31/12/2022, no ativo da empresa, foi R\$ 7.320.000.
- (B) valor apresentado em 31/12/2022, no ativo da empresa, foi R\$ 7.344.000.
- (C) impacto reconhecido no resultado de dezembro de 2022 pela empresa foi R\$ 144.000, positivo.
- (D) valor apresentado em 31/12/2022, no ativo da empresa, foi R\$ 7.284.000.
- (E) impacto reconhecido no resultado de dezembro de 2022 pela empresa foi R\$ 84.000, positivo.

Atenção: Para responder às questões de números 27 e 28, utilize as informações abaixo.

O valor registrado para o Patrimônio Líquido da empresa *Adolescente S.A.*, no Balanço Patrimonial de 31/12/2022, era R\$ 100.000.000. A empresa *Adulta S.A.* adquiriu 40% das ações da empresa *Adolescente S.A.* e passou a deter o seu controle. O valor justo líquido apurado para os ativos e passivos da empresa *Adolescente S.A.* era, nessa mesma data, R\$ 120.000.000 e a empresa *Adulta S.A.* pagou R\$ 56.000.000 pela aquisição da participação societária. A diferença entre o valor contábil e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis era decorrente de um terreno adquirido em anos anteriores.

O lucro líquido apurado pela empresa *Adolescente S.A.* em 2023 foi de R\$ 20.000.000 e foram propostos e pagos dividendos no valor de R\$ 4.000.000.

27. Nas demonstrações contábeis individuais da empresa *Adulta S.A.*, o impacto total evidenciado na Demonstração do Resultado do ano de 2023, referente exclusivamente às ações adquiridas da empresa *Adolescente S.A.* foi, em reais,
- (A) Zero (0).
 - (B) 20.000.000.
 - (C) 6.400.000.
 - (D) 8.000.000.
 - (E) 16.000.000.
28. Nas demonstrações contábeis individuais da empresa *Adulta S.A.*, o valor evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 na conta Investimentos, no ativo não circulante, foi, em reais,
- (A) 56.000.000.
 - (B) 60.000.000.
 - (C) 62.400.000.
 - (D) 48.000.000.
 - (E) 76.000.000.



29. Um equipamento foi adquirido por uma empresa em 31/03/2022 e o valor pago à vista foi R\$ 3.400.000. A empresa começou a utilizar o equipamento em 01/07/2022, definiu sua vida útil em 10 anos e estimou o valor residual esperado para o final do prazo de vida útil em R\$ 200.000. Se a empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da depreciação, o valor da despesa de depreciação registrado na demonstração do resultado de 2022, especificamente em relação ao equipamento citado, foi, em reais,
- (A) 160.000.
(B) 320.000.
(C) 170.000.
(D) 255.000.
(E) 240.000.

30. A empresa *Comércio de Produtos Importados S.A.* efetuou, em 15/09/2023, a compra de um lote de mercadorias de um fornecedor no exterior. O valor pago ao fornecedor foi R\$ 18.000.000 e a empresa incorreu, adicionalmente, nos seguintes gastos com os valores expressos em reais:

| | |
|--|-----------|
| ▪ Transporte marítimo para o Brasil..... | 1.800.000 |
| ▪ Impostos, taxas e tarifas para a importação | 900.000 |
| ▪ Impostos locais recuperáveis na venda | 270.000 |
| ▪ Transporte da mercadoria até a sede da empresa | 300.000 |

A empresa *Comércio de Produtos Importados S.A.* vendeu, em dezembro de 2023, 90% do estoque que havia comprado em 15/09/2023. O valor bruto da venda foi R\$ 25.500.000 e o valor dos impostos incidentes sobre a receita de venda foi R\$ 3.825.000.

O Resultado Bruto com Mercadorias apurado exclusivamente em relação às mercadorias importadas e vendidas foi, em reais:

- (A) 3.045.000.
(B) 2.775.000.
(C) 5.475.000.
(D) 2.532.000.
(E) 4.665.000.

31. A tabela a seguir apresenta as informações sobre os processos a que a empresa *Cenário Obscuro S.A.* está respondendo:

| Processo | Probabilidade de perda avaliada em 31/12/2018 | Valor estimado de perda em 31/12/2018 (em reais) |
|------------------------|---|--|
| Processo trabalhista 1 | Provável | 1.200.000 |
| Processo trabalhista 2 | Possível | 800.000 |
| Processo fiscal 1 | Possível | 2.400.000 |
| Processo fiscal 2 | Provável | 900.000 |
| Processo ambiental | Remota | 2.500.000 |

Com base nessas informações, a empresa *Cenário Obscuro S.A.* reconheceu como Provisões, no Balanço Patrimonial de 31/12/2018, o valor, em reais, de

- (A) 3.200.000.
(B) 7.800.000.
(C) 5.300.000.
(D) 5.700.000.
(E) 2.100.000.

32. O saldo contábil evidenciado no balanço patrimonial de 31/12/2023 de uma empresa, para um Ativo Intangível com vida útil indefinida que não se refere a *Ágio por Expectativa de Resultados Futuros*, era composto dos seguintes valores, expressos em reais:

| | |
|---|------------------|
| Custo de aquisição..... | 1.900.000 |
| (-) Redução ao valor recuperável | (300.000) |
| (=) Saldo contábil em 31/12/2023 | 1.600.000 |

Em dezembro de 2024, o Ativo Intangível continuava com vida útil indefinida e a empresa obteve as seguintes informações sobre este ativo, para realização do teste de redução ao valor recuperável:

| | |
|--|-----------|
| ▪ Valor em uso do ativo (em reais) | 2.000.000 |
| ▪ Valor justo líquido das despesas de venda do ativo (em reais)..... | 1.920.000 |

O valor positivo reconhecido pela empresa, no resultado de 2024, referente especificamente ao Ativo Intangível citado foi, em reais,

- (A) 20.000.
(B) 300.000.
(C) 100.000.
(D) 400.000.
(E) 320.000.

**Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

33. A Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expõe como Variação Patrimonial
- (A) Aumentativa o valor da obtenção do principal de operação de crédito.
 - (B) Aumentativa o valor do crédito orçamentário disponível para Pessoal e Encargos Sociais.
 - (C) Qualitativa o valor da arrecadação de receitas com créditos tributários.
 - (D) Quantitativa o valor referente à aquisição de um veículo com vida útil estimada em 5 anos.
 - (E) Diminutiva o valor da amortização mensal de ativo intangível com vida útil definida.
-
34. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, classifica-se como receita o valor decorrente
- (A) do reconhecimento de ativos contingentes.
 - (B) da obtenção do principal de operação de crédito.
 - (C) do recebimento de depósito em caução em dinheiro.
 - (D) da previsão de receitas correntes.
 - (E) do lançamento de receitas com impostos.
-
35. Utilizam-se contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público pertencentes à natureza de informação
- (A) patrimonial para o registro contábil de créditos a receber no curto prazo.
 - (B) patrimonial para o registro contábil do empenho de despesa com investimentos.
 - (C) orçamentária para o registro contábil da depreciação mensal de bens móveis.
 - (D) financeira para o registro contábil do pagamento de juros incidentes sobre a dívida pública.
 - (E) orçamentária para o registro contábil do recebimento de depósito em caução em dinheiro.
-
36. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Quadro Principal do Balanço Patrimonial expõe como
- (A) Passivo Circulante as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, tal como a dívida constituída pelo empenho de despesa com investimentos.
 - (B) Ativo Permanente os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades de uma entidade pública ou exercidos com essa finalidade, tais como os bens móveis.
 - (C) Ativo Circulante os ativos não circulantes cuja recuperação esperada do seu valor contábil ocorra por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, em um prazo inferior a doze meses.
 - (D) Ativo Financeiro o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações de uma entidade pública.
 - (E) Passivo Circulante as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária, tal como a dívida constituída pelo empenho de despesa com investimentos.
-
37. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o resultado de execução orçamentária de uma entidade pública é impactado
- (A) pelo reconhecimento da depreciação de um edifício.
 - (B) pelo empenho de despesa classificada no elemento de despesa 30 – Material de Consumo.
 - (C) pelo recebimento de um terreno em doação.
 - (D) pelo pagamento de restos a pagar.
 - (E) pela inscrição de restos a pagar.
-
38. O valor total de um passivo contingente cuja obrigação presente possa, mas, provavelmente, não irá exigir a saída de recursos de uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, deve ser
- (A) exposto no Quadro Principal do Balanço Patrimonial e evidenciado em notas explicativas.
 - (B) omitido das notas explicativas devido à improvável saída de recursos.
 - (C) registrado em contas contábeis das classes 2 e 3 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (D) registrado em contas contábeis das classes 7 e 8 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (E) integrado ao saldo do Passivo Permanente.
-
39. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, um fato contábil independente da execução orçamentária decorre
- (A) da obtenção do principal de operação de crédito.
 - (B) da venda de bens imóveis à vista com apuração de ganho.
 - (C) do recebimento de dinheiro em doação, sem condições atreladas a ela.
 - (D) da distribuição gratuita de alimentos.
 - (E) do recebimento de estoques concomitante à liquidação de despesa.



40. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, um
- (A) passivo permanente resulta da inscrição de restos a pagar não processados.
 - (B) passivo financeiro resulta do empenho de despesa com salários de servidores.
 - (C) passivo permanente resulta do recebimento de depósito em caução em dinheiro.
 - (D) ativo financeiro resulta do registro da previsão de receitas de serviços.
 - (E) ativo permanente resulta da arrecadação de receitas de capital.
-
41. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, entre os elementos das demonstrações contábeis tem-se
- (A) a contribuição dos proprietários e a distribuição aos proprietários.
 - (B) as receitas e despesas orçamentárias.
 - (C) os ativos e passivos financeiros e permanentes.
 - (D) as situações patrimoniais líquidas, somente.
 - (E) o ativo, o passivo e a situação patrimonial líquida.

Noções de Auditoria Governamental

42. Determinado Tribunal Regional Federal implantou um novo projeto, a fim de que os processos de sua competência fossem julgados de forma mais rápida e assertiva. Acontece que, passados 4 anos, o presidente não tem certeza se os resultados têm sido satisfatórios e, por conta disso, solicita ao departamento de controle interno a realização de uma auditoria para identificar potenciais erros, para que, se for o caso, seja viável a implementação de medidas visando a correção de curso.
- A auditoria que melhor se adequa ao objetivo pretendido pelo presidente do Tribunal é uma auditoria
- (A) operacional.
 - (B) de conformidade.
 - (C) de sistemas.
 - (D) dos demonstrativos.
 - (E) de gestão.
-
43. Um dos objetivos do auditor ao conduzir uma auditoria de demonstrações contábeis é:
- (A) atingir segurança absoluta de que as demonstrações contábeis estão corretas em todos os seus aspectos.
 - (B) garantir a detecção de todas as fraudes e erros existentes na entidade.
 - (C) obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante e expressar uma opinião sobre elas.
 - (D) assegurar a eficiência e eficácia da gestão da administração na condução dos negócios da entidade.
 - (E) preparar e apresentar as demonstrações contábeis em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
-
44. A seção "Base para opinião" no relatório do auditor independente deve
- (A) afirmar que a evidência de auditoria obtida garante a detecção de toda e qualquer distorção, seja ela relevante ou não.
 - (B) declarar que a auditoria foi conduzida em conformidade com as normas de auditoria e referenciar a seção que descreve as responsabilidades do auditor.
 - (C) detalhar os principais assuntos de auditoria comunicados aos responsáveis pela governança.
 - (D) conter exclusivamente a opinião expressa do auditor sobre as demonstrações contábeis.
 - (E) explicar a responsabilidade da administração pela elaboração das demonstrações contábeis.
-
45. O setor de controle interno de um órgão federal realizou uma inspeção nas contas do setor de licitações e identificou graves irregularidades na contratação de serviços de consultoria. O chefe do setor de controle interno incluiu as constatações no relatório anual, mas o presidente do órgão determinou a retirada desses apontamentos do documento, alegando que isso poderia prejudicar a imagem da instituição. O chefe do controle interno, temendo represálias, acatou a ordem e enviou o relatório ao Tribunal de Contas da União (TCU) sem as informações sobre as irregularidades encontradas. Posteriormente, uma denúncia anônima levou o TCU a investigar o caso, descobrindo não apenas as irregularidades originais, mas também a omissão deliberada das informações no relatório de controle interno.
- Com base nessa situação hipotética, e considerando as normas constitucionais sobre controle interno:
- (A) O presidente do órgão e o chefe do controle interno, se constataram que a correção das irregularidades é custosa e anti-econômica, podem decidir não comunicar o TCU, desde que sigam as disposições da regulamentação do Senado Federal.
 - (B) O presidente do órgão agiu no estrito cumprimento de seu dever legal ao determinar a retirada dos apontamentos do relatório, pois cabe à autoridade máxima do órgão definir quais informações devem ser enviadas ao TCU, conforme princípio hierárquico da Administração Pública.
 - (C) O chefe do controle interno não possui responsabilidade pelas irregularidades descobertas posteriormente pelo TCU, pois sua função é consultiva.
 - (D) O chefe do controle interno, ao tomar conhecimento das irregularidades e não as informar ao TCU, tornou-se responsável solidário pelas ilegalidades praticadas.
 - (E) As irregularidades identificadas não precisariam ser comunicadas ao TCU, uma vez que o sistema de controle interno tem autonomia para resolver internamente as questões administrativas, aplicando as penalidades cabíveis aos responsáveis, sem necessidade de acionar órgãos externos.

**Administração Orçamentária e Financeira**

46. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2024 de uma entidade pública expõe como
- (A) Despesa Liquidada o valor da despesa liquidada em fevereiro de 2024, cuja nota de empenho foi emitida em dezembro de 2023.
 - (B) Despesa Paga o valor do pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2023 referente à aquisição de computadores.
 - (C) Superávit de execução orçamentária a diferença positiva entre a receita realizada e a despesa paga nesse exercício financeiro.
 - (D) Dotação Inicial os valores fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias referente a esse exercício financeiro.
 - (E) Saldo da Dotação a diferença positiva entre a dotação atualizada e a despesa empenhada nesse exercício financeiro.
-
47. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, uma despesa extraorçamentária decorre
- (A) do pagamento, em março de 2025, de despesa empenhada neste mesmo mês com receita orçamentária arrecadada no exercício financeiro de 2024.
 - (B) da execução de créditos adicionais abertos para reforço de dotação orçamentária que resultou insuficiente durante um exercício financeiro.
 - (C) do pagamento, em janeiro de 2025, de despesa referente à aquisição de computadores empenhada em dezembro de 2024.
 - (D) do empenho, em março de 2025, de despesa sem dotação fixada na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2025.
 - (E) do suprimento de fundos concedidos a um servidor público para cobrir despesas de pequeno montante financeiro e de pronto pagamento.
-
48. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2025 de um ente público deve apresentar
- (A) as receitas orçamentárias e extraorçamentárias previstas em atendimento ao princípio da universalidade.
 - (B) as metas fiscais de resultados primário, nominal e patrimonial para o referido exercício financeiro.
 - (C) as receitas previstas com impostos, serviços e cauções classificadas como Receitas Correntes.
 - (D) as despesas fixadas com juros e encargos da dívida classificadas como Despesas Correntes.
 - (E) a autorização para a abertura de créditos adicionais extraorçamentários nesse exercício financeiro.
-
49. A verificação do limite global da despesa total com pessoal referente ao exercício financeiro de 2024, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, deve utilizar como base a receita
- (A) corrente líquida referente a esse exercício financeiro, sendo que essa base é apurada considerando-se no seu somatório as receitas com impostos, serviços, cauções e taxas.
 - (B) corrente líquida referente a esse exercício financeiro, sendo que essa base é apurada considerando-se no seu somatório as receitas com impostos, aluguéis, juros e indenizações.
 - (C) corrente total arrecadada nesse exercício financeiro, sendo que essa base é apurada considerando-se no seu somatório as receitas com contribuições, patrimoniais e serviços.
 - (D) orçamentária total arrecadada nesse exercício financeiro, sendo que essa base é apurada considerando-se no seu somatório as receitas com impostos, serviços, cauções e taxas.
 - (E) orçamentária total arrecadada nesse exercício financeiro, sendo que essa base é apurada considerando-se no seu somatório as receitas com contribuições, transferências e serviços.
-
50. Quanto aos instrumentos de planejamento, a Constituição Federal de 1988 determina que
- (A) o poder executivo de cada ente público deve publicar, mensalmente, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária para acompanhar o cumprimento de metas fiscais estabelecidas na Lei Orçamentária Anual.
 - (B) o Orçamento Fiscal integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias; estabelece as diretrizes de política fiscal, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública; e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
 - (C) a Lei Orçamentária Anual não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo nessa proibição a autorização para abertura de créditos adicionais suplementares.
 - (D) o Anexo de Riscos Fiscais integra o Plano Plurianual e discrimina a possibilidade de ocorrência de eventos que podem impactar negativamente as contas públicas durante o período de quatro exercícios financeiros.
 - (E) a iniciativa de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual é do poder legislativo de cada ente público e emendas que modifiquem esse projeto somente podem ser aprovadas se compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.



PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, *Capítulo 11: item 11.1 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 01 (uma) questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 11.14 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. [...] 11.15 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. [...]*

QUESTÃO 1

O ordenador de despesas de uma entidade pública empenhou despesa, em 10/12/2024, pelo valor total de R\$ 156.000,00, para a contratação de seguro anual, com cobertura de 01/02/2025 a 31/01/2026, para a frota de veículos da entidade. A liquidação e o pagamento da despesa pelo valor total empenhado em dezembro de 2024 ocorreram, respectivamente, em 08/01/2025 e 27/01/2025.

Com base nessas informações e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, responda ao que se pede:

- a. Qual tipo de restos a pagar foi inscrito em 31/12/2024?
- b. Houve alteração na situação patrimonial líquida da entidade pública referente ao exercício financeiro de 2024? Justifique a sua resposta.
- c. Qual a classificação da despesa orçamentária segundo a categoria econômica e o grupo de natureza da despesa?
- d. Haverá registro contábil utilizando contas contábeis da natureza de informação patrimonial do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público em janeiro de 2026? Justifique a sua resposta.

Observação: É necessário informar na sua resposta, obrigatoriamente, a letra que está sendo respondida.

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO